



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150737 - PR (2021/0230887-7)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : JEFFERSON GOES (PRESO)
ADVOGADOS : PEDRO MACHADO DE ALMEIDA CASTRO - DF026544
RAFAEL GARCIA CAMPOS - PR057532
OCTAVIO AUGUSTO DA SILVA ORZARI - DF032163
LUCAS ANDREY BATTINI - PR082253
GUILHERME MAISTRO TENÓRIO ARAÚJO - PR085597
VINÍCIUS ANDRÉ DE SOUSA - DF060285
BRUNO HENRIQUE DE MOURA - DF064376
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JEFFERSON GOES contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0036944-48.2021.8.16.0000).

O recorrente é réu em ação penal em que se apura a suposta prática de crimes de organização criminosa armada, corrupção ativa e passiva e lavagem de capital. A prisão temporária foi convertida em preventiva.

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada.

Sustenta que não teria sido apresentada fundamentação idônea e elementos concretos para a manutenção da custódia cautelar, porquanto estaria embasada em dados genéricos, insuficientes para tanto.

Reputa ausentes os requisitos autorizadores da medida extrema, elencados no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que seria primário, de bons antecedentes, predicados que lhe autorizariam a responder solto à ação penal.

Argumenta que a hipótese dos autos comportaria a substituição da prisão por providências cautelares menos gravosas (art. 319 do Código de Processo Penal).

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão cautelar, com aplicação de medidas cautelares alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O recurso não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 680.949/ PR.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.
PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR.
EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA
MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR.
REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME.
AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento

Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, a, do RISTJ, não conheço do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência